



Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas.

ISSN: 1980-0193

ARTIGOS COMPLETOS/COMPLETS ARTICLES

## DO TERROIR À GLOBALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL COM BASE EM MONDOVINO

*Clóvis Luiz Machado-da-Silva*<sup>(1)</sup> (in Memoriam)

*Universidade Federal do Paraná – UFPR e Universidade Positivo – UP*

*Silvana Anita Walter*<sup>(2)</sup>

*Universidade Regional de Blumenau - FURB*

*Ana Paula Capuano da Cruz*<sup>(3)</sup>

*Universidade de São Paulo - USP*

### RESUMO

Realizamos, no presente artigo, uma análise do filme-documentário Mondovino, que explora a disputa entre produtores que defendem a globalização da produção do vinho e aqueles que defendem o *terroir*, em países como Itália, França e Estados Unidos. Com base nos fundamentos conceituais da teoria institucional, procuramos analisar por meio desse documentário o campo institucional da produção vinícola nos espaços sociais referidos, destacando as pressões para mudança e os elementos de resistência a ela. A tensão entre o local e o global constitui tanto o cenário do filme-documentário como o *locus* da análise institucional decorrente. A análise desta tensão foi efetivada a partir da concepção de dualidade entre os conceitos de persistência e mudança institucional, em conformidade com uma perspectiva estruturacionista da teoria institucional. Os procedimentos metodológicos implicaram primeiramente na transcrição literal do filme e na análise de conteúdo das falas dos diversos atores sociais. A análise de conteúdo foi levada a efeito mediante uso do software Atlas.ti 5.0. Essas análises permitiram averiguar que há dois grupos fundamentais envolvidos na situação em estudo: os que defendem o processo de mudança da maneira de produção do vinho, ou seja, a globalização de sua produção, e os que buscam resistir a essa mudança, persistindo no modelo de produção vinícola que valoriza o *terroir*. Assim, o uso do quadro de referência da teoria institucional possibilitou a compreensão de toda uma problemática social do campo da produção de vinho, especificamente no que tange ao processo de institucionalização/desinstitucionalização de uma prática social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mondovino; Teoria Institucional; Mudança Institucional; Resistência à Mudança; Institucionalização.

## FROM TERROIR TO GLOBALISATION: AN INSTITUTIONAL ANALYSIS BASED IN MONDOVINO

### ABSTRACT

We performed, in the present article, an analysis of the documentary-film Mondovino, which explores the competition between producers who defend the wine production globalization and those who support the terroir, in countries like Italy, France and the United States. Based on the conceptual foundations of institutional theory, we tried to analyze through this documentary, the institutional field of wine production in the referred social spaces, highlighting the pressures for the change and the resistance elements to it. The tension between the local and global is both the scenery of the documentary- film as the *locus* of the resulting institutional analysis. This tension analysis was carried out from the duality conception between the persistence and institutional change concepts, in accordance with a structurationist perspective of institutional theory. The methodological procedures involved primarily the film literal transcription and the speeches content analysis of the various social actors. The content analysis was conducted by using the Atlas.ti 5.0 software. These analyses tests allowed to verify that there are two main groups involved in the situation under study: those who support the process of change in the wine production way, i.e., its production globalization, and those who seek to resist to this change, persisting in the wine production model that emphasizes the *terroir*. Thus, the use of the institutional theory table allowed the understanding of an entire social problematic in the wine production field, specifically with respect to the institutionalization/deinstitutionalization process of a social practice.

**KEYWORDS:** Mondovino; Institutional Theory; Institutional Change; Resistance to Change; Institutionalization.

### INTRODUÇÃO

A teoria institucional revela-se importante para a compreensão das relações entre indivíduos, organizações e ambientes. Na história da humanidade, as instituições são anteriores às organizações (SCOTT, 2008b) e as últimas costumam incorporar práticas e procedimentos institucionalizados na sociedade, obtendo legitimidade e maior probabilidade de sobrevivência (MEYER; ROWAN, 1977). Para ratificar esta perspectiva, destaca-se que as organizações são condicionadas pelos ambientes institucionais (PARSONS, 1956).

Para auxiliar na compreensão dessas relações entre indivíduos, organizações e ambiente, a teoria institucional não consiste apenas em uma teoria, mas também em uma estrutura, um vocabulário, uma forma de pensar a vida social, que pode levar a muitos caminhos (CZARNIAWSKA, 2008). Defende-se, assim, que a teoria institucional consiste em um *framework*, pois abrange uma ampla gama de perspectivas e teorias. Ao mesmo tempo em que se caracteriza como *framework* de

diversas disciplinas do conhecimento, a teoria institucional absorve características dessas disciplinas, sofrendo variações em diferentes campos de estudo, tais como: ciência política, economia e sociologia.

A partir, pois, do quadro de referência conceitual da teoria institucional, pretendemos analisar o campo de produtores de vinho com base no filme-documentário *Mondovino*, dirigido por Jonathan Nossiter e lançado na França em 2004. O referencial da teoria institucional em sua vertente estruturacionista parece ser especialmente adequado para análise da dualidade entre persistência e mudança que trafega pelas cenas do filme.

O filme retrata a disputa de grandes vinicultores que defendem o processo de globalização do vinho e de pequenos produtores que procuram resistir a esse processo, lutando pela manutenção de suas terras e das características de seus vinhos. Em linhas gerais, o documentário retrata uma tentativa de institucionalizar uma nova prática de fazer vinho, ou seja, uma mudança institucional, e a resistência a essa mudança, com vistas a persistir no modelo anterior.

A análise da institucionalização e/ou desinstitucionalização de práticas constitui matéria relevante na esfera da teoria institucional e o filme-documentário *Mondovino* pode propiciar referências interessantes sobre a dinâmica social entre persistência e mudança. Ao utilizar como nível de análise o campo organizacional onde ocorre o embate de práticas de produção vinícola o estudo ganha maior relevância pois, usualmente, é o nível organizacional o mais adotado para condução de estudos sobre o dilema persistência-mudança. A análise em nível de campo é importante, como destaca Scott (2008b), pois permite avaliar relações no plano de macroestruturas sociais.

Para o desenvolvimento deste estudo, estruturamos este artigo em mais quatro partes além desta introdução. Na seção que se segue estabelecemos o quadro de referência conceitual que embasa o presente trabalho. Este quadro desemboca nos procedimentos metodológicos adotados para análise do filme-documentário, com destaque para a análise de conteúdo. Segue-se a seção de análise e interpretação dos

dados coletados nas diversas cenas que integram a película. Por fim, as considerações finais do artigo.

## 2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

Sobre o conceito de **persistência institucional** paira a idéia de que as instituições, uma vez consolidadas em determinado campo, nele se mantêm permanente (SIMON, 1997). Zucker (1977) foi a primeira autora a propor que a persistência cultural consiste em uma consequência do processo de institucionalização, e não uma característica. Para Giddens (2003), a estrutura persiste apenas se os atores a produzem e a reproduzem continuamente. Em apontamento similar, Greif (2006) propõe que as instituições são sustentadas por regras, convicções, normas e outros elementos e que o comportamento do indivíduo as influencia, assim como as próprias instituições se reforçam.

Hoffman (1999), por sua vez, destaca que aspectos, como mudança, agência, políticas e interesses, podem contribuir para ajustar idéias sobre inércia e **resistência à mudança**. Zucker (1977) também aborda a resistência a mudança, apontando que o grau de institucionalização a influencia, bem como influencia outros dois aspectos da persistência cultural: uniformidade da generalização de compreensões culturais transmitidas de uma geração para outra e manutenção destas compreensões. Ainda no tocante à resistência à mudança, a autora destaca que procedimentos altamente institucionalizados são resistentes a tentativas de mudança por influência pessoal, porque esta é vista como um fator externo (ZUCKER, 1977).

Percebe-se, assim, a importância da resistência a mudanças institucionais para a persistência de uma instituição. Neste sentido, Burns e Scapens (2000) ressaltam que resistência à mudança tende a surgir se as novas regras e rotinas desafiam significados e valores existentes no campo. Greenwood, Suddaby e Hinings (2002) acrescentam que os atores resistentes à mudança buscam atrair a atenção dos demais indivíduos para os valores particulares embutidos na instituição que está sofrendo pressão de mudança.

Oliver (1991) apresenta uma tipologia sobre a **resposta estratégica** de organizações quando afetadas por pressões institucionais para mudança, em que a

resposta pode variar de conformidade passiva a resistência ativa em cinco tipos: aquiescência, compromisso, esquivança, desafio e manipulação. A resposta de aquiescência abrange as táticas de hábito (seguir normas invisíveis, dadas como certas), imitar (imitar modelos institucionais) e concordar (obedecer às regras e aceitar as normas). Na resposta de compromisso, podem ser observadas as táticas de equilibrar (equilibrar as expectativas de públicos múltiplos), pacificar (aplar e acomodar elementos institucionais) e barganhar (negociar com grupos de interesse institucionais). A esquivança consiste na resposta estratégica em que são empregadas as táticas de ocultar (disfarçar a não-conformidade), amortecer (afrouxar as ligações institucionais) e escapar (mudar objetivos, atividades ou domínios). A resposta de desafio integra as táticas de rejeitar (desconsiderar normas e valores explícitos), provocar (contestar regras e exigências) e atacar (violar as fontes de pressão institucional). Na resposta de manipulação, encontram-se as táticas de cooptar (importar pessoas influentes), influenciar (moldar valores e critérios) e controlar (dominar públicos e processos institucionais).

Em contraposição à persistência institucional, o conceito de mudança institucional atenta para a existência de processos que, dentre outras implicações, contribuem para que as instituições não persistam intactas ao longo do tempo. Para DiMaggio (1991), a mudança institucional consiste em processos de re-estruturação de campos organizacionais e de estabelecimento de novas relações entre os diferentes níveis de ação. Neste mesmo sentido, para Lounsbury (2002), o processo de transformação institucional envolve a desconstrução de uma ordem antiga para a construção de uma nova. Holm (1995) destaca que, mesmo que as mudanças sejam ativadas, em geral, por eventos externos, seus impulsos frequentemente são direcionados por processos internos. Seo e Creed (2002) ressaltam que é provável que as ações promotoras da mudança institucional surjam em ocasiões nas quais normas institucionalizadas estejam em conflito com as funções cotidianas e/ou com a eficiência necessária; que se tornem incompatíveis com ambientes econômicos e institucionais ou indiferentes a esses; e/ou que não estejam alinhadas aos interesses e idéias dos participantes que as ordenam.

A teoria institucional também ressalta outros elementos essenciais para que uma instituição persista ou mude: agência, estratégias e legitimidade. Assim, um aspecto importante, tanto para a persistência quanto para a mudança institucional, é o papel dos atores. Neste sentido, Giddens (2003) frisa que a agência não se relaciona apenas à intencionalidade de realizar algo, mas, sobretudo, à capacidade de realizar dessas pessoas, fato que reflete a necessidade de poder. Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005) ratificam essa afirmação destacando que a agência consiste na capacidade do indivíduo de interferir num evento. Assim, agência pode ser entendida como a ação que tem a capacidade de produzir efeito. Ressalta-se que tal efeito não se restringe à alteração de um cenário ou à mudança propriamente dita, uma vez que a capacidade de manter um estado igualmente pode decorrer de agenciamento.

Além disso, na visão de Greenwood e Suddaby (2006), quando baixa imersão institucional é combinada com motivação para mudança, atores centrais podem apresentar outro tipo de papel nas instituições: o de empreendedor institucional. Assim, empreendedorismo institucional consiste no processo por meio do qual atores organizados detêm recursos (não exclusivamente financeiros) suficientes para identificar a oportunidade de alcançar interesses e, dessa forma, originar novas instituições. Wijen e Ansari (2007) acrescentam que os empreendedores institucionais ultrapassam a inércia coletiva e obtêm a colaboração de inúmeros atores para criar novas instituições ou alterar as já existentes. Nesta linha de raciocínio, Maguire, Hardy e Lawrence (2004) adicionam que o empreendedor institucional pode ser entendido como aquele ator que tem interesse por arranjos institucionais particulares e dispõe de recursos para influenciar a criação de novas instituições ou transformar instituições existentes. Diante do apresentado, pode-se inferir que pode ser considerado empreendedor institucional o agente que consegue realizar uma mudança institucional, ou seja, criar ou alterar uma instituição.

Um aspecto que pode auxiliar os agentes e os empreendedores institucionais a atingirem seus objetivos consiste na elaboração e na implementação de estratégias institucionais, que, de acordo com Lawrence (1999), se configuram como padrões de

ação organizacional que orientam a condução das estruturas institucionais nas quais as organizações estão inseridas. Neste contexto, as organizações competem por recursos ou pela reprodução ou transformação de instituições, campos, regras e padrões que controlam tais estruturas. Para desenvolver e aplicar uma estratégia institucional, segundo o autor, são necessários recursos, como habilidade de articulação; patrocínio e defesa de práticas particulares; e formas organizacionais legítimas e desejáveis. Lawrence (1999) destaca, ainda, a existência de dois tipos de estratégia institucional que diferem em relação aos tipos de regras institucionais para as quais são dirigidas: estratégias relacionadas à definição de regras para os membros e os significados destas para a comunidade institucional; e estratégias de padronização que procuram estabelecer técnicas legais ou padrões de mercado que definam os processos considerados como normais envolvidos na produção de um bem ou serviço.

Ressalta-se que criar, transformar e difundir instituições, para Dacin, Goodstein e Scott (2002), requer legitimidade, além de poder de agência, atuação empreendedora e estratégias de ação. Para Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005), legitimidade é a palavra-chave no contexto institucional, pois representa o elemento que permite a manutenção ou a mudança da instituição, já que indagações sobre a adequação de práticas, normas e procedimentos podem impedir a reprodução dos padrões institucionalizados. Para Zucker (1989), a legitimidade pode ser vista como um processo cognitivo por meio do qual determinada entidade é integrada a suposições consideradas verdadeiras. De forma similar, Suchmann (1995) entende que a legitimidade consiste em uma suposição ou percepção mais geral de que as ações de uma entidade são desejáveis ou socialmente apropriadas em um sistema de valores, normas e convicções. Weber (1999) destaca a relevância de a maioria dos indivíduos do grupo aceitar determinada prática para que esta obtenha legitimidade, a qual, para esse autor, ocorre em uma construção coletiva da realidade social onde os elementos de uma ordem social são vistos como normas, valores e convicções que os indivíduos presumem ser amplamente compartilhados. Scott (2008b) frisa o papel dos indivíduos no processo de legitimação e afirma que um

procedimento legítimo ocorre pela autorização ou adesão dos atores do ambiente, o que pode ocorrer de três formas: legitimidade regulativa, que surge de atores que, com algum tipo de soberania na organização, definem o que é aceitável; legitimidade normativa, advinda de atores que definem o que é moralmente desejável; e legitimidade cognitiva, oriunda da predominância de atores organizacionais comparáveis.

O contexto ambiental é outro importante conceito para a teoria institucional. Meyer e Rowan (1977) e Scott (2008b) o definem em termos de ambiente técnico e de ambiente institucional. No ambiente técnico, as organizações disponibilizam produtos ou serviços no mercado e obtêm retribuição com base na relação de troca. Já no ambiente institucional, é reconhecida a importância de componentes socioculturais face à existência de regras e exigências sociais às quais as organizações precisam se ajustar para alcançarem legitimidade e apoio contextual. Para Machado-da-Silva e Fonseca (1999), o contexto ambiental de referência representa o ambiente ao qual a organização se reporta para incorporar suas concepções e valores. Segundo Machado-da-Silva, Fonseca e Fernandes (1999), a identificação do contexto ambiental de referência de uma organização requer uma verificação do contexto que melhor se adéque aos esquemas interpretativos de seus dirigentes.

Mais um aspecto relevante para a mudança institucional é o processo de isomorfismo, por meio do qual, segundo Hawley (1968), as unidades de uma população são levadas a se assemelharem a outras unidades que estão sob o mesmo conjunto de condições ambientais, o que pode ocasionar a institucionalização de uma mudança. O isomorfismo institucional, para Meyer e Rowan (1977), promove o sucesso e a sobrevivência das organizações, pois a incorporação de estruturas formais legitimadas externamente ao compromisso de participantes internos e componentes externos e a avaliação externa orientada ao *status* em sociedade podem auxiliar uma organização a permanecer próspera e protegida do fracasso. DiMaggio e Powell (1983) apresentam três mecanismos isomórficos: coercitivo, derivado de influências políticas e legitimidade entre organizações; mimético, oriundo da



imitação diante da incerteza; e normativo, oriundo, principalmente, de aspectos da profissionalização, como normas, regulamentos e métodos de trabalho.

Para uma adequada compreensão dos limites em que se pode observar a ocorrência dos fenômenos institucionais expostos, deve-se considerar o ambiente institucional, neste caso, delimitado como o campo organizacional. Para Scott (2008b), nenhum conceito é mais vitalmente conectado à ordem do dia de processos institucionais e organizações do que o de campo organizacional.

Contudo, não existe uma única definição para campo organizacional, segundo Scott (2008b), mas múltiplas definições, como apontam Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006): campo como a totalidade dos atores relevantes (DiMaggio e Powell), campo como arena funcionalmente específica (Scott e Meyer), campo como centro de diálogo e de discussão (Hoffman, Zietsma e Winn), campo como arena de poder e de conflito (Vieira, Carvalho e Misoczky), campo como esfera institucional de interesses em disputa (Fligstein, Swedberg e Jepperson), campo como rede estruturada de relacionamentos (Powell, White e Owen-Smith) e campo como arena institucional recursividade definida (Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni).

Neste estudo, o conceito de campo organizacional adotado é o de Hoffman (1999): “centro de canais comuns de diálogo e de discussão”, que reúne diversos atores com propósitos e influências variados, orientados por temas importantes e, por vezes, temporários, aos interesses e aos objetivos de um grupo específico de organizações. Para o autor, um campo não é algo estático, mas evolui conforme a entrada e a saída de organizações ou, ainda, pela alteração dos padrões de interação e poder entre elas. A adoção deste conceito se deve ao fato de este se adequar ao observado no filme *Mondovino*, visto que os atores sociais presentes no documentário discutem um tema em comum: a globalização da produção de vinho.

Esta seção reuniu uma breve exposição dos principais conceitos interconectados à teoria institucional empregados na análise do filme *Mondovino*: persistência, mudança e resistência à mudança, resposta estratégica, agência, empreendedorismo institucional, estratégias institucionais, legitimidade, campo organizacional, isomorfismo e contexto ambiental de referência.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Transcrevemos o filme-documentário, dirigido por Jonathan Nossiter e lançado em 2004, literalmente e, na sequência, com base nos conceitos de teoria institucional, a ele se aplicou a análise de conteúdo, que consiste em técnicas de análise do conteúdo de mensagens por meio de procedimentos sistemáticos. Para tanto, adotou-se o procedimento de categorização proposto por Straus e Corbin (2008), com o auxílio do software Atlas.ti 5.0.

Straus e Corbin (2008) destacam os processos de codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva para a análise a partir de dados qualitativos. Segundo os autores, a codificação aberta consiste em um processo analítico dos dados para identificação dos conceitos, de suas propriedades e dimensões; a codificação axial relaciona categorias e suas subcategorias, associando as categorias às suas propriedades e dimensões; e a codificação seletiva consiste no processo de integrar e refinar a análise (rever o esquema à procura de consistência interna e de falhas em sua lógica, completar categorias falhas, retirar os excessos e validar o esquema). Os autores ressaltam que esses três procedimentos não são passos ou etapas, mas ocorrem concomitantemente.

### 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Mondovino explora a produção do vinho em diversos países, como França, Itália, Estados Unidos da América, Argentina e Brasil; abrange diferentes atores sociais, como grandes e pequenos produtores, consultor, crítico, editores de revistas especializadas e importador; e discute as opiniões destes sobre como deveria ocorrer a produção da bebida. Mas, o uso da definição de campo organizacional de Hoffman (1999) permite considerar esses atores sociais como integrantes de um mesmo campo organizacional, visto que, para esse autor, a delimitação de um campo não ocorre devido às fronteiras geográficas, mas pela discussão de um tema comum, como, no caso do filme, a globalização da produção de vinho. Ademais, Hoffman (1999) destaca que os campos organizacionais são dinâmicos, dado que os atores e suas interações tanto podem ser variados quanto podem possuir propósitos distintos.

Assim, observa-se que o conceito de campo, extrapolando os limites geográficos e outras delimitações, como indústria e *stakeholders*, é fundamental para compreender a existência de relacionamentos entre os diversos atores de diferentes países presentes no filme, posto que, como destaca Scott (2008b), o conceito de campo, conforme a teoria institucional, permite analisar as relações com macroestruturas setoriais, sociais e transnacionais.

Percebe-se, no documentário, a ocorrência de um processo de institucionalização de uma mudança no campo, bem como a existência de resistência a essa tentativa de mudança por parte de atores sociais que buscam persistir no modelo de produção institucionalizado anteriormente. Apresentamos a síntese dos elementos relativos às pressões para mudança institucional e conseqüente resistência à mudança observados nas cenas do filme-documentário, no Quadro 1.

**Quadro 1 - Relação entre elementos de mudança institucional e resistência à mudança**

Pressões para Mudança institucional	Resistência à mudança
Globalização do vinho: padronização e uniformização do gosto do vinho	<i>Terroir</i> : influência do local no gosto do vinho, o que acarreta diversidade de sabores
Marca	Local de produção do vinho
Contexto mundial	Contexto local
Visão de mundo capitalista: lucratividade do vinho e leis do mercado	Valores culturais: relação amorosa e quase religiosa com o vinho
Grandes propriedades, produção em larga escala e processo industrial	Pequenas propriedades, pequena produção e processo artesanal

Percebe-se, por meio do Quadro 1, que a pressão à mudança institucional reside no processo de globalização do vinho que abrange, entre outros aspectos, a padronização e uniformização do seu gosto, independente do local de produção, conforme Massimo Vinci, proprietário de uma loja de vinhos: “[...] vinhos mundiais. É tudo a mesma coisa. No mundo todo, a produção é a mesma. Daqui [Itália] até a Nova Zelândia. Não há diferença nenhuma. É um nhoque mundial”. Neal Rosenthal, um importador de vinhos norte-americano, se referindo ao modelo para a padronização oriundo dos grandes produtores da região de Napa, Estados Unidos, também se manifesta a respeito: “[...] a ‘napalização’ do vinho cria um tipo de vinho de alto extrato arredondado com carvalho e influência Merlot. [...] E eles estão

destruindo e eliminando o *terroir*". Assim, infere-se que o contexto ambiental de referência dos produtores inseridos na mudança institucional consiste no contexto mundial.

Em oposição, a manifestação da resistência a essa mudança está na valorização do *terroir* do vinho, termo que, de forma simplista, significa a influência do local da vinícola no gosto do vinho, o que acarreta uma diversidade de sabores, visto que cada vinícola produziria um vinho com sabor particular em relação ao vinho das demais. Essa observação ratifica a afirmação de Burns e Scapens (2000) de que resistência à mudança tende a surgir se as novas regras e rotinas desafiarem significados e valores existentes no campo.

Neste sentido, para que a mudança desejada ocorra, os produtores que buscam padronizar o gosto do vinho se valem de técnicas de produção, como a microoxigenação, para que, independente do local em que é produzido o vinho, seu sabor seja similar ao gosto globalizado. A respeito, tem-se o apontamento de Xavier de Eizaguirre, vice-presidente de marketing do Château Mouton-Rothschild: "Em Bordeaux, foi necessário adaptar-se ao gosto do resto do mundo mais concentrado, mais 'acarvalhado', mais amável. Os vinhos do Novo Mundo trouxeram para o mercado, vinhos mais fáceis de ser bebidos, sem um grande período de maturação, como é o caso do Bordeaux".

Porém, os produtores que defendem a manutenção das práticas anteriores argumentam que a padronização do sabor não respeita os diferentes paladares dos apreciadores do vinho, como destacado por Michael Broadbent - "Mas é um problema. Até que ponto a individualidade desaparece? Talvez eu prefira um vinho que não esteja conforme, mas que tenha personalidade comparado a um vinho que é aceito mundialmente, mas sem nada de especial" - e por Hubert de Montille - "Gosto de vinhos de degustação longa. Alguns vinhos são largos. São um blefe. São os vinhos modernos". Dessa forma, observamos que a resposta estratégica dos produtores que persistem nas práticas anteriores à pressão pela mudança institucional é o desafio, por meio da tática de atacar as fontes de pressão institucional.

Uma das principais distinções entre a prática institucionalizada anterior e a nova prática consiste, respectivamente, na valorização do local de origem do vinho produzido e na criação de uma marca. Os produtores de vinhos que buscam resistir à mudança institucional destacam que a referência do vinho deve ser o local em que é produzido, como pode ser observado nas palavras do produtor Hubert de Montille: “Existem as marcas. A marca vem da cultura anglo-saxônica. [...] Aqui, cultivamos a denominação de origem. E vemos que, no fim de 50 anos é a denominação que prima. A marca pode ser esquecida, como as pessoas”. Em conformidade com a linha argumentativa de Zilber (2008), que destaca a importância do papel dos significados nos processos institucionais, o vinho tinha significados muito diferentes para aqueles que clamavam pela mudança e para os que preferiam uma produção mais singular.

Tal valorização do local em que o vinho é produzido está relacionada a um cerimonialismo envolvido com essa bebida, como pode ser observado nas palavras de Battista Columbu: “Não era comercializado. Só era possível beber Malvasia em Bosa. Era um vinho de comunidade local. O povo de Bosa oferecia o vinho como um presente. Em vez de convidar alguém para tomar um chá, convidava-se para tomar o Malvasia di Bosa”. As palavras de Battista Columbu permitem constatar que, para os produtores que procuravam resistir à mudança institucional, o contexto ambiental de referência consiste no ambiente local. Em contraposição, os grandes produtores de vinho inseridos na mudança institucional, como os proprietários da empresa Mondavi, Michael Mondavi (filho de Robert) e Robert, destacam, respectivamente, a importância da marca: “Robert Mondavi é a marca. Trata-se também da pessoa de Robert Mondavi” e “Fiquei impressionado. Eu sabia que era possível tornar-se uma marca, mas não pensei que nossa marca fosse ficar tão forte”.

As divergências de concepções entre os produtores que defendem o processo de globalização e os que tentam resistir a esse processo, atrelados ao local de produção do vinho, demonstram que o contexto ambiental de referência institucional não se limita ao campo de atuação dos produtores, mas abrange componentes socioculturais (MEYER; ROWAN, 1977; SCOTT, 2008b) do ambiente ao qual eles se reportam para incorporar suas concepções e valores, permitindo compreender os

esquemas interpretativos de seus atores ((MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 1999; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; FERNANDES, 1999).

Outra distinção entre o grupo inserido na mudança institucional e o que resiste a essa mudança está nos objetivos da produção de vinho. Assim, os pequenos produtores, que resistem à mudança institucional que ocorre no campo e buscam manter as práticas anteriores, ligam-se ao vinho por valores culturais, havendo uma relação afetiva e quase religiosa com a produção do vinho, como se pode notar nestes depoimentos: “Um grande vinho é a soma de muito amor, muita humildade... Um elo profundo com a terra, o tempo, o clima. Fazer um grande vinho é ofício de poeta” (Aimé Guibert); “Quando meu marido morreu. [...] Fiquei em depressão por 6 meses. [...] Depois acordei e plantei o vinhedo. Desde então, todo o meu amor está no vinhedo. Eu converso com o vinhedo. O vinhedo e eu temos uma ligação” (Yone Hegoburu); e, “Durante milênios o vinho fazia parte de uma relação quase religiosa do homem em toda a região mediterrânea [...]. Uma relação quase religiosa com os elementos naturais: a terra, claro, viva, a terra sem moléculas sintéticas e com o clima” (Aimé Guibert).

Os grandes produtores que aderiram à mudança institucional, por sua vez, adotam uma visão de mundo capitalista, em que a produção de vinho visa à lucratividade e atende às leis do mercado, como destacam os produtores Xavier de Eizaguirre, da área de marketing - “Opus One é a vinícola de maior sucesso. Não em termos de volume, mas [...] de rentabilidade” -; Dyson Demara, também da área de marketing - “[...] em termos de preço, que [...] é determinado pela oferta e demanda” -; e Robert Parker, crítico de vinhos - “Ralph Nader me influenciou muito quando jovem quando atacou a indústria automobilística e a idéia de que tudo deve ser controlado pelo dinheiro [...] e pelos grandes negócios”.

Neste sentido, verifica-se que a produção de vinho artesanal, que valoriza o *terroir*, não é compatível com o novo modelo de mercado, o capitalismo. Da mesma forma, esse tipo de produção não apresenta a eficiência desejada no que tange à alta produtividade e lucratividade, bem como aos interesses dos grandes produtores, que tanto buscam a lucratividade quanto a consolidação de uma marca. Essas

observações corroboram o destacado por Seo e Creed (2002) de que a mudança institucional pode surgir se as práticas se apresentarem incompatíveis com ambientes econômicos, em conflito com a eficiência necessária e/ou não alinhadas aos interesses e idéias dos participantes que as ordenam.

Verifica-se, também, a existência de dois grupos fomentadores da mudança institucional e da resistência à mudança. No caso dos que resistem à mudança, tem-se, principalmente, pequenos proprietários que realizam uma pequena produção por meio de um processo artesanal. Esse sistema relaciona-se aos valores culturais e objetivos que esses produtores têm com a produção do vinho, tornando-se uma atividade pouco viável financeiramente, conforme destaca o produtor Etienne de Montille: “É uma propriedade pequena. Meus pais vivem da propriedade. É difícil fazer com que duas famílias vivam desta propriedade”. Esses aspectos são fundamentais para os produtores que resistem à mudança, uma vez que caracterizam como ocorria a produção de vinho tradicional, como pode ser inferido das palavras de Battista Columbu: “[...] não acho que só quem tem dinheiro deve tê-los. Os ricos. Os mais pobres também devem ter o direito de cultivar. Antes, essas terras eram divididas em pequenos terrenos. Havia vinhedos por toda parte”.

Já no tocante à mudança, nota-se que esta abrange, principalmente, grandes proprietários que realizam produção em larga escala e adotam o processo industrial de produção. Segundo Holm (1995), os impulsos para a mudança institucional de um campo são frequentemente direcionados por processos internos, fato que pode ser observado no campo analisado, uma vez que o grupo de atores que busca fomentar a mudança institucional é oriundo do próprio campo. Os produtores que procuram resistir à mudança criticam esse novo sistema porque o mesmo descaracteriza os valores culturais que possuem em relação ao vinho. Assim, Aimé Guibert destaca: “E esse monopólio da distribuição diz para os vinicultores: ‘Não quero saber de bons vinhos. Quero um milhão de garrafas. Todas iguais’”. Diante dessa relação entre os produtores adeptos da mudança institucional e os que a ela resistem, nota-se a ocorrência de disputas, das quais os primeiros se valem e/ou se beneficiam quanto a aspectos como estratégias institucionais, agência institucional e legitimidade.

No sentido apresentado, cabe destacar, primeiramente, o caso do projeto de instalação da indústria de vinhos Mondavi, em Aniane, pequena cidade ao sul da França, visto que esse caso consiste em um exemplo completo de ocorrência desses diferentes aspectos da teoria institucional. Aniane caracteriza-se pela produção de vinhos em pequenas propriedades, e a instalação da indústria Mondavi acarretaria a inserção do novo modelo de produção de vinhos – industrial –, ou seja, uma mudança institucional. Nesse contexto, a indústria Mondavi se caracterizaria como empreendedor institucional, sendo que uma de suas estratégias para atingir seus objetivos foi a obtenção do apoio do prefeito em exercício na época. Porém, observa-se, nesse caso, uma articulação dos moradores e produtores de Aniane para resistir à mudança, ou seja, para impedir a instalação da indústria Mondavi nesse local. Alguns desses moradores e produtores foram fundamentais para essa resistência, comportando-se como agentes institucionais e empregando estratégias institucionais para obter esse resultado.

Ressalta-se a atuação do casal Gai como agentes institucionais que se valeram da estratégia institucional de fundar um movimento denominado “Cidadãos para a proteção da floresta”, justificando que a instalação da indústria Mondavi ocasionaria desmatamentos no local, como destaca o Sr. Gai: “Nossa luta é contra o desmatamento. É um dos últimos pulmões verdes que nos protegem do avanço da urbanização de Montpellier”. Outro agente institucional importante foi o produtor Aimé Guibert, que exerce grande influência sobre os demais moradores e produtores de Aniane, conforme destacam os próprios empreendedores da mudança institucional, ou seja, Thomas Duroux, diretor do projeto Mondavi em Aniane, e Michel Rolland, consultor, respectivamente: “O caso é que Aimé Guibert é uma pessoa de peso” e “Foi Aimé Guibert quem liderou a luta contra Mondavi”.

Por meio de suas ações e influência, os agentes institucionais citados conseguiram legitimar a ideia de resistência à instalação da indústria Mondavi, em Aniane, no que se refere a maior parte dos moradores e produtores do local, conforme pode ser percebido nas palavras de uma mulher que aparenta ser funcionária de um restaurante da cidade: “O vinho é o que há de mais importante



para nós. Em Paris, talvez sejam as fábricas, mas, aqui, é o vinho”. A esse respeito, Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005) ressaltam a importância de obter legitimidade para uma mudança, visto que questionamentos sobre sua adequação podem impedi-la, como o caso da instalação da indústria Mondavi que não obteve apoio do atores locais. Essa construção de legitimidade está fundamentada no que Suchmann (1995) descreve como legitimidade moral, visto que consiste no que é considerado correto pelo grupo.

A partir disso, a estratégia decisiva para impedir a instalação da indústria Mondavi em Aniane foi a eleição de um prefeito que, contrário a essa mudança, detinha poder político para impedi-la, como destaca o vice-presidente da Mondavi, Tim Mondavi: “Infelizmente, houve eleições municipais. E um prefeito comunista venceu. O prefeito com o qual éramos ligados saiu. O novo prefeito comunista disse que não queria mais globalização”. Assim, a localidade de Aniane conseguiu resistir à mudança e persistir com suas práticas de produção de vinho.

Neste caso, observa-se que a resposta estratégica desses atores à implantação da indústria Mondavi em sua localidade foi, conforme Oliver (1991), a de manipulação com emprego da tática de influência, uma vez que buscaram moldar valores e critérios. Dessa forma, observa-se que esses agentes institucionais desenvolveram e aplicaram estratégias institucionais por meio do emprego dos recursos destacados por Lawrence (1999). Isso inclui a habilidade de articulação política e de mobilização dos produtores e moradores da localidade e a defesa da prática de produção artesanal de vinho, das pequenas propriedades e da preservação ambiental, visto que essas consistiam em formas legítimas na localidade.

Apesar de Aniane ter resistido ao processo de mudança de globalização do vinho impedindo a instalação da indústria Mondavi na localidade, ocorreu um processo que poderá mostrar-se como um empreendedor da mudança institucional, ou seja, a provável instalação de uma empresa francesa de propriedade de Magrez e Depardieu. Levanta-se essa possibilidade a partir das falas do ex-prefeito de Aniane, André Ruiz, que era a favor da instalação da indústria Mondavi: “É compreensível que querer 50 hectares de uma só vez é difícil nessa região. Mas veja o que fará

Depardieu. Ele vai comprar 2 hectares aqui e, depois, 2 hectares ali. Em seguida, meio hectare lá..." e "E, quando Magrez chega, não se trata de globalização? O capital de Magrez não é globalizado?". Contudo, observa-se que esse processo não enfrenta a mesma resistência quanto à instalação da Mondavi, como mostra o discurso de Aimé Guibert que, após ouvir o entrevistador afirmar que "Dizem que Magrez é a versão francesa de Mondavi", diz: "Acho que não. Magrez é um homem inteligente que veio do nada e que criou um belo negócio". Dessa forma, percebe-se que a resposta estratégica dos atores, neste caso, é a de concordar, aceitando essa mudança (OLIVER, 1991).

Ainda quanto à persistência institucional, há o caso dos produtores Hubert e Etienne de Montille, de Borgonha, na França. Hubert é pai de Etienne, produtor adepto às práticas anteriores de produção de vinho que, atualmente responsável pela produção da vinícola, continua produzindo os vinhos conforme o sistema do pai, o que vai ao encontro do destacado por Zucker (1977) de que a uniformidade da generalização de compreensões culturais transmitidas de uma geração para outra e a manutenção dessas compreensões ampliam a resistência a tentativas de mudança. Contudo, nesse caso, a uniformidade não se mantém por completa, pois Etienne realizou algumas adaptações para se adequar ao gosto globalizado, conforme destaca Hubert: "Talvez os vinhos dele sejam mais civilizados. Civilizados não. Mais polidos. Os taninos são menos marcados. Os meus são mais marcados". Ressalta-se que a realização de pequenas mudanças para que a prática, em geral, persista, corrobora os estudos de Hoffman (1999), Cruz e Barbosa (2004) e Carvalho e Andrade (2006), para quem algumas mudanças propiciam persistência institucional. Assim, uma alteração em um aspecto secundário da prática poderia ser considerada uma estratégia institucional de persistência.

Porém, da mesma forma que a persistência das práticas anteriores entre os produtores de Aniane pode estar sendo ameaçada, o sistema de produção da família Montille deve sofrer uma grande pressão de mudança. Essa constatação advém de duas observações sobre essa propriedade. A primeira consiste no que diz Hubert de Montille: "Estamos muito dispersos e é difícil lutar. Não posso fazer nada além de

lutar por minhas convicções. Mas acho que estou sozinho. Tenho 8 hectares e meio de vinhas. Não é nada. Nem sei o faturamento de Boisset. Ele tem entre 40 e 50 hectares. Se ele quiser mudar de lado...”. Nota-se que o produtor acredita que será difícil persistir com seu sistema de produção se a propriedade vizinha aderir ao processo de produção globalizado de vinho. A partir daí, chama a atenção uma segunda afirmação feita por um dos responsáveis por essa propriedade vizinha, Jean-Charles Boisset: “Espero ficar mais globalizado no futuro. É uma das nossas missões. Minha irmã e eu vamos levar a empresa ao próximo nível de globalização e internacionalização bem dirigida”. Observa-se que a persistência das práticas anteriores na propriedade Montille pode estar ameaçada, podendo sofrer uma grande pressão para a mudança institucional oriunda de seu isolamento como a única que resiste à mudança naquela localidade.

Vale destacar, também, a atuação de dois empreendedores institucionais da mudança no campo de produção de vinho em âmbito mundial: o enólogo e consultor Michel Rolland e o crítico de vinhos Robert Parker. Ambos parecem ser os dois principais difusores dessa mudança institucional: o primeiro porque sugere a seus clientes a adoção das novas práticas, e o segundo porque avalia positivamente os vinhos que atendem ao gosto globalizado.

Rolland atua com mais de 100 produtores de vinho em 12 países (Hungria, Itália, França, Espanha, Portugal, Marrocos, África do Sul, Argentina, Chile, México, Estados Unidos e Índia), o que demonstra a abrangência de sua atuação e reforça o processo de globalização do vinho. Atua na padronização do gosto do vinho mundialmente. Nesse aspecto, Michael Broadbent ressalta que Rolland é da região de Pomerol e que sua atuação é influenciada por essa origem, uma vez que ele produz vinhos do mesmo tipo dos de Pomerol em todas as vinícolas em que atua: “Rolland vai dizer que ele tenta convencer as pessoas a cultivar uvas de boa qualidade. Mas ele é de Pomerol. E Pomerol fica no Médoc! Ele está fazendo Pomerol no mundo todo”. Para exemplificar, Michael Broadbent cita o exemplo do Castelo Kirwan, que produzia vinhos classificados como Margaux, mas, após a atuação de Rolland, passou a produzir vinhos “mais ricos, mais suaves e com menor tanicidade, com um

sabor mais universal”, que não podem mais ser classificados como Margaux. Esse novo vinho está vendendo mais e obteve uma nota alta de Parker, o que deixa os proprietários da vinícola satisfeitos com o trabalho de Rolland. Sobre seu gosto particular para vinhos, Rolland destaca: “Sempre há uma personalidade e um estilo. Há sempre um estilo. O que é o gosto? É algo intuitivo e pessoal. Procuo aquilo de que gosto. Portanto há um estilo pessoal, sem dúvida. E é necessário que haja. Senão não haveria um homem por trás do vinho”.

A prática de mudança institucional mais difundida por Rolland consiste na microoxigenação, sobre cuja tecnologia mantém sigilo. Apesar disso, vem adquirindo legitimidade junto aos produtores, como pode ser observado no diálogo entre o entrevistador, o consultor e a proprietária do Château Lê Gay, Catherine Péryé-Vergé, cliente de Rolland:

Entrevistador se dirigindo a Catherine Péryé-Vergé: A senhora sabe o que é a microoxigenação?

Consultor Michel Rolland: Não, mas pouco se importa.

Entrevistador: É mesmo?

Consultor Michel Rolland: Por isso, estou aqui. Se ela soubesse tudo, não precisaria de mim. E, quando eu digo vamos microoxigenar, ela microoxigena. E, se não der certo, ela dispensa os meus serviços.

Entrevistador: É mesmo?

Catherine Péryé-Vergé: É isso mesmo. É melhor deixar com o especialista.

No tocante à legitimidade alcançada por Rolland para suas práticas, destaca-se que os resultados obtidos por ele quanto à ampliação das vendas e das notas atribuídas pelo crítico Parker são fundamentais para que as suas práticas consigam aceitação e adesão de outros produtores. Neste sentido, são atribuídas a esse consultor mudanças ocorridas em várias vinícolas, como destacam Parker – “Esta idéia de progresso em Bordeaux, a revolução na qualidade pela qual Rolland é, junto com seus discípulos, responsável” –; Arnaldo Etchart, proprietário da Bodega San Pedro de Yacochuya, Argentina – “Ele [Rolland] mudou o vinho na Argentina. Não há dúvida. Ele mudou a qualidade dos vinhos argentinos” – e Michael Broadbent – “[...] o Castelo Kirwan, classificado como sendo de Margaux. O resultado não estava sendo muito bom. Os vinhos nunca foram excepcionais até Rolland chegar”.

O fato de as vinícolas atendidas por Rolland conseguirem a elevação das notas atribuídas por Robert Parker leva a esse segundo empreendedor da mudança institucional. No que concerne a essa relação entre Rolland e Parker, o primeiro a descreve como “Há os críticos que provam os vinhos e classificam. É aí que o enólogo pode ajudar” e o segundo como “Eu o admiro muito, é um dos poucos amigos que tenho no mundo do vinho”. Já Michael Broadbent, diretor de vinhos da Christie’s, destaca que “Sobre esse estilo Parker-Rolland, o que houve é que Parker gostou do que Rolland estava fazendo”.

Parker parece ser o crítico mais renomado no campo de produção de vinhos, ao menos no período de realização do filme em análise. Como exemplo dessa importância, legitimidade e influência, apresentam-se alguns relatos do filme: “Parker é uma personalidade, e de grande importância. Não adaptamos os nossos vinhos em função dele, mas é importante obter esse tipo de benção” (Marie Schÿler - Château Kirwan); “É o uso das notas dadas por Parker que tem poder. [...] É um grande degustador” (Patrick Léon - Mouton-Rotschild); “Foi Parker quem fez a reputação de Valandraud. Como Parker tem maior poder na mídia fala-se de Valandraud como um vinho ‘parkerizado’” (Jean-Luc Thunevin - Château Valandraud); “Robert Parker escreveu coisas terríveis sobre a Mondavi. [...] Parker é tão forte no mercado que as vendas estavam caindo” (Michel Rolland, consultor); e:

Robert Parker incitou e ainda incita muita gente a cometer fraudes na França. Não sei se ele sabe disso, mas algumas pessoas alteraram o vinho, às vezes ilegalmente, para estar no “Parker Wine Guide”. Precisavam de vinhos concentrados, com forte coloração. Muitas vezes, essas pessoas apresentavam vinhos que não representam sua produção. (Alain Chatelet, Diretor do Departamento de Vinícola do Ministério da Fazenda de Paris).

Por meio desses depoimentos, percebe-se que Robert Parker é muito respeitado pelos grandes produtores de vinho inseridos na mudança institucional, que suas notas são capazes de criar uma reputação positiva ou diminuir as vendas de uma vinícola e que obter uma boa nota dele é tão importante que faz com que vinícolas adulterem as amostras enviadas para sua avaliação. Ainda no mesmo

contexto, Guibert aponta que Parker obteve tanta aceitação no campo de produção de vinho que a maioria dos indivíduos não questiona sua avaliação:

Se um flautista passar [...] podemos ficar encantados e segui-lo. A música é bela e ficamos contentes. Isto não significa que a História tenha mudado. É admirável. [...] Colombo descobriu a América e Parker descobriu a música que faz dançar o bordelês. É impressionante! [...] Ele tem uma canção extraordinária na qual diz: 'O que gosto é bom e o que mais gosto é o melhor'. E todo mundo concorda.

No que concerne à abrangência da influência de Parker no campo, ele mesmo responde: “Um crítico do New York Times pode acabar com um restaurante ou uma peça locais sem afetar Tóquio, Cingapura ou Paris. Mas, daqui de Monkton, em Maryland, o que eu digo tem impacto mundial, não apenas em Baltimore ou em Nova York”.

Assim como Rolland, Parker também é criticado por difundir um sabor particular de vinho, acarretando uma padronização do sabor do vinho, como destaca o produtor Hubert de Montille: “quando ele dava nota, o fazia como bom patriota americano baseado no sabor da madeira, ele o fazia pelo seu gosto e também por interesse para a Califórnia que ainda não descobrira o seu próprio *terroir*”. A esse respeito, Parker destaca: “Eu me orgulho de dar um ponto de vista americano a uma bebida elitista”. Percebe-se, assim, que o consultor Rolland e o crítico Parker detêm ampla legitimidade e poder de agência, observação que ratifica o destacado por Scott (2008a) sobre a atuação de profissões como agentes institucionais. De acordo com esse autor, as profissões podem definir, interpretar e empregar elementos institucionais, promovendo a legitimidade de determinadas políticas em um contexto específico. Um dos papéis que as profissões podem assumir como agentes institucionais, segundo Scott (2008a), é o de transmissores. Estes profissionais são responsáveis pela difusão dos sistemas institucionais para que tenham relevância (SCOTT, 2003), como pode ser observado no tocante ao consultor e ao crítico presentes no filme *Mondovino*. Verificamos, ainda, que a legitimidade que esses dois atores sociais detêm se fundamenta em um processo pragmático, relacionado ao atendimento de seus interesses (SUCHMANN, 1995).

Outro aspecto perceptível no campo institucional de produção de vinho é o processo de mudança isomórfica, visto que muitas vinícolas se sentem pressionadas a aderir à mudança institucional de globalização do vinho para ampliarem suas vendas e obterem avaliações positivas dos críticos. Assim, dado seu grande poder de influência e sua legitimidade, têm-se como empreendedores fundamentais dessa pressão isomórfica para mudança institucional – além de atores poderosos inseridos nas grandes fábricas – o consultor Rolland e o crítico Parker, o que reforça os apontamentos de Scott (2008a) sobre a atuação das profissões como agentes institucionais. Percebe-se, nesse contexto, que o processo isomórfico que está ocorrendo nesse campo pode ser classificado, de acordo com DiMaggio e Powell (1983), como coercitivo, pois se origina de influências políticas e de legitimidade. Nesta direção, destaca-se o apontamento de Hubert de Montille: “Quando se tem o poder [...] tenta-se impor a cultura. É normal. Roma fazia o mesmo. Roma tinha poder quando invadiu a Gália”.

A partir das análises feitas, verifica-se que os atores sociais que permeiam o filme podem ser reunidos em dois grupos: os que buscam resistir à mudança e permanecer no modelo de produção institucionalizado anteriormente e os que defendem a globalização do vinho. Ambos desejam definir como e com que objetivo o vinho deve ser produzido, o que consiste, na concepção de Lawrence (1999), em estratégias de padronização. Contudo, o grupo que procura resistir à globalização defende a diversidade de sabores e de processos, enquanto o grupo adepto à globalização busca a padronização. Dessa forma, o primeiro grupo procura atrair a atenção dos demais indivíduos para os valores particulares embutidos na instituição (GREENWOOD; SUDDABY; HININGS, 2002), como o *terroir*, o vínculo com a terra e os valores culturais. Já o segundo grupo procura desestabilizar as práticas estabelecidas e introduzir novos atores adeptos das novas idéias no campo (GREENWOOD; SUDDABY; HININGS, 2002), como a divulgação de críticas ao sistema artesanal de produção de vinho e de defesas ao novo sistema, bem como da compra de propriedades que empregavam o antigo sistema e de uma pressão coercitiva isomórfica.

No sentido indicado, a consideração da capacidade de agência desses atores sociais tanto permite compreender a capacidade dos grandes produtores, do consultor e do crítico ao difundir a mudança institucional. Além disso, possibilita entender como uma pequena cidade, por meio de seus moradores e pequenos produtores, conseguiu impedir a instalação de uma grande indústria vinícola. Tais resultados demonstram que, se os atores estiverem munidos da capacidade de realizar algo (GIDDENS, 2003), dos recursos necessários (GREENWOOD; SUDDABY, 2006; LAWRENCE, 1999), da cooperação de outros atores (LAWRENCE, 1999; SEO; CREED, 2002; WIJEN; ANSARI, 2007) e de estratégias apropriadas (LAWRENCE, 1999), poderão conquistar o poder e a legitimidade necessários para manter ou mudar uma instituição.

Dessa forma, por meio das análises apresentadas, é possível perceber como a teoria institucional pode ser empregada para compreender concepções e atitudes que ocorrem dentro de um campo, como as apresentadas no filme *Mondovino*.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que o filme-documentário retrata, sobretudo, o processo de institucionalização de uma mudança institucional em um campo organizacional e a resistência a essa mudança, buscando persistir no modelo institucionalizado anteriormente. As análises permitiram averiguar que há dois grupos fundamentais envolvidos neste processo: os que defendem o processo de mudança institucional, ou seja, a globalização da produção de vinho, e os que buscam resistir a essa mudança, persistindo no modelo de produção que valoriza o *terroir*.

A partir daí, verificamos que outros conceitos da teoria institucional permeavam esse processo de mudança e resistência (resposta estratégica), como agência, empreendedorismo institucional, estratégias institucionais, legitimidade, campo organizacional, isomorfismo e contexto ambiental de referência. Assim, percebe-se a existência de um campo organizacional que integra diferentes atores sociais por meio da discussão de um tema (HOFFMAN, 1999): a globalização do vinho, que consiste em um processo de institucionalização de uma mudança.



Os atores sociais que buscam resistir à mudança e permanecer no modelo de produção institucionalizado anteriormente atuam como agentes de persistência e têm um contexto ambiental de referência institucional local. Já os atores que defendem a globalização do vinho procuram atuar como empreendedores institucionais da mudança e possuem um contexto ambiental mundial. Para tal, os atores desses dois grupos se valem de estratégias institucionais de padronização (LAWRENCE, 1999), visto que desejam definir como e com que objetivo o vinho deve ser produzido, apesar de defenderem diferentes práticas.

Além disso, as práticas e os atores dos dois grupos possuem legitimidade internamente, o que possibilita que difundam a mudança ou persistam em determinadas situações. O grupo que defende a mudança institucional também se vale de pressões isomórficas coercitivas para difundir a institucionalização da mudança.

Dessa forma, este estudo procurou demonstrar como esses diferentes fenômenos indicados pela teoria institucional interagem e compõem um caso de institucionalização e de resistência a uma mudança. Conclui-se que o resgate de conceitos da teoria institucional para uma releitura de *Mondovino* contribuiu para a compreensão de toda uma problemática social do campo de produção de vinho, explorando as relações entre atores, organizações e ambiente envolvidas no processo de globalização do vinho. Diante do exposto, acredita-se que este estudo tenha respondido à pergunta de pesquisa, demonstrando como a teoria institucional contribui para entender o processo de globalização no campo de produção de vinho discutido no filme *Mondovino*.

Como limitação deste estudo, ressalta-se que a utilização de um documentário como fonte de dados implica em os dados terem recebido, previamente, um recorte, realizado no processo de levantamento dos dados e edição do filme.

Sugere-se, para futuras pesquisas, explorar conceitos da teoria institucional para análise de outros filmes, de forma a ampliar o número de estudos com esse enfoque, aprofundando e aperfeiçoando os mecanismos de análise institucional na cinematografia. Além disso, sugere-se a realização de estudos sobre a contribuição da

análise institucional de filme e outros materiais na área de ensino da disciplina, visto que, como destaca Champoux (1999), existem inúmeras funções de filmes no ensino, especialmente o de recurso didático.

## REFERÊNCIAS

BURNS, J.; SCAPENS, R. W. Conceptualizing Management Accounting Change: An Institutional Framework. **Management Accounting Research**, v. 11, p. 3-25. mar. 2000.

CARVALHO, C. A.; ANDRADE, J. A. de; MARIZ, L. A. da C. Mudança na Teoria Institucional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29., Brasília, DF. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2005.

CHAMPOUX, J. E. Film as a teaching resource. **Journal of Management Inquiry**, v. 8, n. 2, 1999.

CRUZ, M. V. G. da; BARBOSA, A. C. Q. Análise institucional da segurança pública: um caso de polícia no Brasil In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, Curitiba, PR. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

CZARNIAWSKA, B. How to Misuse Institutions and Get Away with It: Some Reflections on Institutional Theory(ies). In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C; SAHLIN, K. SUDDABY, R. **The Sage handbook of organizational institutionalism**. London: Sage, 2008, p. 769-782.

DACIN, M. T.; GOODSTEIN, J.; SCOTT, W. R. Institutional theory and institutional change: introduction to the special research forum. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 45-57, 2002.

DiMAGGIO, P. J. Constructing an organizational field as a professional project: U.S. art museums, 1920-1940. In: POWELL, Walter W; DiMAGGIO Paul. J. (eds.). **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: University of Chicago Press. 1991, p. 267-292.

DiMAGGIO, P. J.; POWELL, W. The Iron Cage Revisited: Institutional isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, Abril, p. 147-160, 1983.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GREENWOOD, R.; SUDDABY, R. Institutional Entrepreneurship in Mature Field: The Big Five Accounting Firms. **Academy of Management Journal**, v. 49, n. 1, p. 27-48, 2006.

GREENWOOD, R.; SUDDABY, R.; HININGS, C. R. Theorizing Change: The Role of professional associations in the transformation of institutionalized fields. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 58-80, 2002.

GREIF, A. **Institutions and the Path to the Modern Economy**: lessons from Medieval Trade. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HAWLEY, A. Human ecology. In: SILLS, D, L. **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: Macmillan, 1968, p. 328-337.

HOFFMAN, A J. Institutional evolution and change: environmentalism and the US Chemical Industry. **Academy of Management Journal**, v. 42, n. 4, p. 351-371, ago. 1999.

HOLM, P. The Dynamics of institutionalization: transformation processes in norwegian fisheries. **Administrative Science Quarterly**, v. 40, p. 398-422, 1995.

LAWRENCE, T. B. Institutional strategy. **Journal of Management**, v. 25, n. 2, p. 161-188, mar./abr. 1999.

LOUNSBURY, M. Institutional transformation and status mobility: The professionalization of the field of finance. **Academy of Management Journal**, v. 45, n. 1, p. 255-266, 2002.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. Competitividade organizacional: conciliando padrões concorrenciais e padrões institucionais. In: VIEIRA, M; OLIVEIRA, L. M. (orgs.). **Administração Contemporânea**: perspectivas estratégicas. São Paulo, Atlas, 1999. p. 29-39.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, Agência e Interpretação: Elementos para uma Abordagem Recursiva do Processo de Institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, ed. especial, p. 9-39, 2005.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; FERNANDES, B. H. R. Mudança e estratégia nas organizações: perspectivas cognitiva e institucional. In: VIEIRA, M. M. F; OLIVEIRA, L. M. B. de (orgs.). **Administração contemporânea**: perspectivas estratégicas. São Paulo: Atlas, 1999.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campo organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. **Revista de Administração Contemporânea**, ed. especial, p. 159-196, 2006.

- MAGUIRE, S.; HARDY, C.; LAWRENCE, T. Institutional Entrepreneurship in Emerging Fields: HIV/AIDS Treatment Advocacy in Canada. **Academy of Management Journal**, v. 47, n. 5, p. 657-679, 2004.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- MONDOVINO. Um filme de Jonathan Nossiter. Manaus: Video Filmes, 2004. 1 DVD (135 min), son., color.
- OLIVER, C. Strategic responses to institutional processes. **Academy of Management Review**, v. 16, n. 1, p. 145-479, 1991.
- PARSONS, T. Suggestions for a Sociological Approach to the Theory of Organizations. **Administrative Science Quarterly**, v. 1, p. 63-85, jun. 1956.
- SCOTT, W. R. Institutional carriers: Reviewing modes of transporting ideas over time and space and considering their consequences. **Industrial and Corporate Change**, v. 12, n. 4, p. 879-894, 2003.
- SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2008b.
- SCOTT, W. R. Lords of the dance: professionals as institutional agents. **Organization Studies**, v. 29, n. 2, p. 219-238, 2008a.
- SEO, M.; CREED, W. E. D. Institutional contradictions, praxis, and institutional change: a dialectical perspective. **Academy of Management Review**, n. 27, n. 2, p. 222-247, 2002.
- SIMON, H. A. **Administrative Behavior**: a study of decision-making processes in Administrative Organization. New York: The Free Press, 1997.
- STRAUS, A; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. volumes 1 e 2.
- WIJEN, F.; ANSARI, S. Overcoming inaction through collective institutional entrepreneurship: insights from regime theory. **Organization Studies**, v. 28, n. 7, p. 1079-1100, 2007.
- ZILBER, T. B. The work of meanings in institutional processes and thinking. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. **The Sage Handbook of Organizational Institutionalism**. London: Sage, 2008.

ZUCKER, L. G. Combining institutional theory and population ecology: no legitimacy, no history. **American Sociological Review**, v. 54, n. 4, p. 542-545, 1989.

ZUCKER, L. G. The Role of Institutionalization in Cultural Persistence. **American Sociological Review**. v. 42, n. 5, p. 726-743, 1977.

## NOTAS

(1) Professor titular do CEPPAD/UFPR e do PMDA/UP na qual era Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração. PhD em Administração Institucional pela Michigan State University (EUA) e Mestrado em Fundamentos Sociais e Filosóficos pela mesma universidade. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília - UNB.

(2) Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre em Administração pela Universidade Regional de Blumenau. Graduação e Especialização em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail para contato: [silvanaanita.walter@gmail.com](mailto:silvanaanita.walter@gmail.com)

(3) Doutoranda em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo - FEA/USP. Mestrado em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Especialista em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2006-2008) e Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Email para contato: [anapaulacapuanocruz@hotmail.com](mailto:anapaulacapuanocruz@hotmail.com)